
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Dra. Daniela Cunha Terto  0000-0003-0307-6572

Dra. Ilane Ferreira Cavalcante  0000-0002-1783-9879

Renata Lysia Sapucaí de Castro  0000-0003-2657-7097

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a influência dos Organismos Internacionais (OIs) nas políticas educacionais. Pretende-se demonstrar seu caráter globalizado e evidenciar elementos importantes sobre o papel dessa intervenção na promoção de políticas públicas que se interconectam, aumentando a perda de direitos da classe trabalhadora e a lucratividade dos detentores dos meios de acumulação do capital. Para isso, utiliza-se a metodologia de pesquisa para a elaboração de um Estado do Conhecimento descrita por Priscila Kohls-Santos e Marília Morosini (2021). Após a sistematização das buscas no Portal de Periódicos da CAPES via plataforma CAFe, foram identificados 9 artigos, publicados entre 2017 e 2023. Conclui-se que as principais categorias de análise utilizadas para discorrer sobre o tema giraram em torno dos conceitos de *capital humano*, *internacionalização* e *neoliberalismo*, com o conjunto de elementos que dão sentido a essas unidades. A produção acadêmica aborda o tema de maneira crítica, evidenciando como os Organismos Internacionais estão à serviço de uma concepção de Estado e de mercado que busca privatizar o acesso a direitos, imprimindo anacronismo à ideia de que o Estado deve garantir os direitos básicos de todas as pessoas, além de tornar o trabalho o mais lucrativo possível para o capital, inclusive às custas do aumento da desigualdade social, mesmo que concomitante à diminuição da extrema pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: Organismos Internacionais; Políticas educacionais; Neoliberalismo.

INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND EDUCATIONAL POLICIES: A STATE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: This paper aims to analyze the influence of International Organizations (IOs) on educational policies, demonstrating their globalized nature and highlighting important elements about the role of these interventions in promoting public policies which are interconnected, leading to the loss of workers' rights and the profitability increase of those who control the means of capital accumulation. For this, we used the research methodology for the elaboration of the State of Knowledge described by Kohls-Santos and Morosini (2021) and after systematizing searches on the CAFe (needs explanation?) platform, we have found 9 articles published between 2017 and 2023. The results point out that the main categories of analysis used to discuss this topic revolved around the concepts of human capital, internationalization, and neoliberalism, jointly with elements that give meaning to these units. The academic production critically addresses the topic, showing how International Organizations serve a conception of the State and market that seeks to privatize access to rights, making the idea that the State must guarantee basic rights for all people outdated, and making work as profitable as possible for the capital, even at the expense of increasing social inequality, although concomitant with the reduction of extreme poverty.

KEYWORDS: International Organizations; Educational policies; Neoliberalism.



1 INTRODUÇÃO

Compreender a relação dos principais Organismos Internacionais (Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO etc.) com a educação é buscar identificar como orientações globais no âmbito da educação se materializam em agendas locais concretas, no objetivo de criar uma agenda globalmente estruturada para a educação (Dale, 2004). O interesse pelo tema se inicia no contexto da proposição do Novo Ensino Médio para o Brasil entre os anos de 2016 e 2017, a partir do perceptível alinhamento entre as agendas educacional e econômica adotadas à época.

Esses Organismos Internacionais são organizações criadas no contexto da Guerra Fria, na perspectiva de, publicamente, auxiliar a reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, oferecendo créditos e programas de reestruturação que, na prática, consolidariam esses países como aliados do bloco capitalista naquele cenário. Nos anos 1970, as questões em torno do desenvolvimento, considerado na perspectiva da hegemonia dominante apenas em sua dimensão econômica, passam a dar lugar à ideia de globalização e a UNESCO deixa de ser a principal interlocutora sobre a educação para dar espaço a organismos como o Banco Mundial (BM) e a OCDE.

Nos anos 1980, com a crise do Estado de Bem-Estar Social, a política dessas organizações se torna acirradamente neoliberal, intervindo internamente na educação e em vários outros aspectos dos países financiados, passando a

sugerir reformas profundas nas políticas e nas suas instituições, tais como: abertura ao comércio exterior, privatização da economia, [...], redução dos gastos públicos e regulamentação dos mercados domésticos pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado (Segundo, 2006, p. 218-219).



A educação formal se torna, nesse cenário, uma ferramenta fundamental, pois (1) a escola é uma instituição legitimada para ensinar não apenas técnicas, mas valores, se tornando um dos meios mais eficientes de consolidar uma lógica comportamental que aceite de maneira coletiva a economia baseada nas desigualdades sociais; além de (2) orientar massivamente as técnicas, habilidades e competências necessárias ao mundo do trabalho contemporâneo, marcado pelo trabalho flexível. É por isso que organizações econômicas passam a dirigir os processos educacionais globalmente, “produzindo as condições para a conformação de um cidadão de novo tipo, um sujeito dotado de espírito empreendedor, [...] [baseado na] exacerbação do individualismo e na ação empreendedora” (Fernandes; Shiroma, 2020, p. 517).

O objetivo deste trabalho é analisar a influência dos Organismos Internacionais nas políticas educacionais a partir dos termos e ângulos acumulados e refletidos na literatura científica brasileira. Esse texto se divide em quatro partes: além da breve introdução ao tema, têm-se uma parte que discute o percurso metodológico e alinha questões conceituais importantes para a parte seguinte, que apresenta os resultados da análise dos textos selecionados. Por último, breves considerações sobre a importância do tema e das pesquisas acadêmicas realizadas, além de indicar possíveis abordagens em aberto.

2 O CAMINHO PERCORRIDO

Na definição de um objeto de estudo e no rigor científico durante o caminho da pesquisa, é de suma importância compreender como a comunidade científica analisa, registra, interpreta e formula o tema em questão, tanto para apropriação e diálogo com o conhecimento produzido acerca da temática, quanto para que o pesquisador ou pesquisadora perceba as questões pouco exploradas e possa contribuir com a teia construída em torno desse objeto.

A partir dessa necessidade, utilizou-se a metodologia de produção de um estado do conhecimento, procedimento que permite obter a compreensão do que está



sendo produzido pela academia sobre um tema, em um recorte temporal previamente identificado. O estado do conhecimento apresenta-se como uma possibilidade de “[...] identificar, registrar e categorizar a síntese da produção científica, com recorte temático e temporal, auxiliando na presença do novo na pesquisa científica” (Morosini, Fernandes, 2014). Esse processo pode se dar a partir de artigos, dissertações, teses, entre outros tipos de trabalho acadêmico científico, conforme Priscila Kohls-Santos e Marília Morosini (2021), que organizam as principais questões acerca da metodologia desse tipo de pesquisa, como a definição nítida do objeto, do repositório escolhido, da explanação refletida das categorias encontradas durante o processo, sobre os cuidados que percorrem a escolha dos descritores, entre outros.

A pesquisa foi produzida por meio da revisão documental de artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, acessado via Rede Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). A escolha do Portal se deu pela possibilidade de, neste exercício, utilizar uma única plataforma de considerável expressão quantitativa e qualitativa. O Portal de Periódicos da CAPES possui cerca de 30 mil volumes e uma rede de instituições públicas e de qualidade que assinam a Plataforma CAFe, com o objetivo de manter a produção acadêmica brasileira e de alta qualidade circulando.

Os artigos selecionados foram publicados entre 2017 e 2023. O recorte temporal foi escolhido em função da conjuntura nacional brasileira, que envolveu o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) e mudanças estruturantes na distribuição do orçamento para a educação, além da reforma do ensino médio. A princípio, houve a curiosidade de entender até que ponto este elemento conjuntural estava sendo levado em consideração nas pesquisas e, após análise dos materiais, foi percebido que as consequências deste momento ainda não estavam materializadas nas publicações e não compuseram parte significativa destes resultados. A análise se deu a partir da metodologia de bibliografia anotada, sistematizada e categorizada.

Na pesquisa inicial, foram encontrados 22 artigos utilizando os marcadores: Organismos Multilaterais e Educação, Organizações Internacionais e Educação,



Banco Mundial e Educação, OCDE e Educação. Após a etapa de anotar as 22 referências, 9 desses artigos, que mais condiziam com os interesses desta pesquisa, como se verá mais adiante, foram sistematizados e divididos em três categorias principais, contendo, cada agrupamento, algumas unidades de sentido que serão abordadas posteriormente: internacionalização, neoliberalismo e capital humano.

Uma primeira reflexão sobre o objeto girou em torno de como denominá-lo. A necessidade de realizar pesquisas sobre o tema mostrou também como essas organizações são tratadas com diversos termos, sendo necessário fazer a pesquisa com todas as combinações possíveis entre Organizações/Organismos e Internacionais/Multilaterais. Apesar das diferentes nomenclaturas, é perceptível o consenso na produção crítica sobre o tema e o entendimento de como essas organizações funcionam.

A partir de uma série de relatórios, conferências e sistemas de assessoria, criados para “contribuir” com os principais problemas dos países ditos subdesenvolvidos, essas organizações apostam em temas que tornam sua intervenção infalível – afinal, qual governo em sã consciência discordará ou recusará políticas e financiamentos massivos que pretendem combater a fome, a extrema pobreza ou a mortalidade infantil e que contam com apresentação de dados elaborados por instituições de respaldo internacional e uma construção textual minuciosa, capaz de enganar os olhos que não estejam intencionalmente atentos e preparados para ler as entrelinhas? Dessa forma, a construção desses documentos e a intervenção se tornam tão generalistas em questões “humanitárias” que podemos acabar

disseminando essas ideias construídas pelos organismos multilaterais, pois seus documentos exercem um certo fascínio sobre nós, já que não podemos negar que queremos educação para todos, oportunidades de trabalho para os cidadãos, saúde e saneamento básico, juntamente com a educação, prioridades reais dos governos (Canan, 2016, p. 63-64).



O acúmulo sobre esse *modus operandi* permite organizar algumas reflexões sobre como denominar este conceito, visto que na literatura não há um consenso de como fazê-lo de maneira que imprima a complexidade do fenômeno analisado e sua capacidade de capilarização. O conjunto dessas organizações cria um mecanismo que necessita do pleno funcionamento de uma série de partes menores: a economia precisa estar alinhada com a política, que precisa criar instrumentos para preparar os trabalhadores para gerar cada vez mais lucro para “aquecer” a economia que, por sua vez, precisa de um sistema de valores que não questione a precarização do trabalho em detrimento do lucro proporcionado, e assim segue. Tal qual um organismo vivo, se uma parte não funciona, as outras também apresentam sintomas. Tal qual um organismo vivo, podem se espalhar e se multiplicar nos seus diferentes tecidos e funcionalidades, trabalhando em harmonia na economia, na sociedade, na política, na educação – e com várias estratégias: financiamento, assessoria, orientações políticas, agenda pública.

Se a preferência em utilizar o termo Organismos é mais conjuntural, o uso de Internacionais, em detrimento de multilaterais, é mais pragmático. Thiago Santos (2017), ao contextualizar os Organismos Internacionais, aponta como as articulações entre os países-membros dessas organizações podem se dar de maneira bilateral (entre dois países) ou multilateral (entre três ou mais). Com esse referencial e com o conhecimento sobre a difusão deste termo, faz mais sentido utilizar “Organismos Internacionais”, apesar de acreditar que esse termo não imprime a ideia que essas organizações passam de estarem acima da dualidade nacional/internacional.

Por isso, a importante ressalva: ainda parece que o termo não dá conta da abrangência e da complexidade dessas relações de influência, que são tudo, menos equilibradas: não há contrafluxo justo, não há superação da dualidade nós/eles para quem dita as regras. O caminho é, via de regra, via de regra, dos países do norte para o sul global.

Essas reflexões iniciais consolidaram e demarcaram a posição a ser tomada em relação ao tema e, conseqüentemente, em relação aos trabalhos analisados,



auxiliando a elaboração das unidades de sentido que constituem as categorias a serem desenvolvidas, além de apontar outras possibilidades a partir do que já está sendo produzido.

3 A ANÁLISE DOS TRABALHOS E RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa com as palavras-chave Organismos/Organizações Multilaterais/Internacionais e suas combinações possíveis resultou em um total de 22 artigos no intervalo de 2017 a 2023. Em um primeiro momento, foi organizada uma planilha com a bibliografia anotada, como indicam Kohls-Santos e Morosini (2021). O objetivo era fazer, a partir dos títulos, uma primeira seleção com trabalhos que tratassem da temática a partir de uma perspectiva macropolítica, excluindo textos que evidenciassem prioritariamente a discussão sobre alguma etapa ou modalidade específica da educação.

Com esse filtro, construiu-se uma bibliografia sistematizada, a partir da leitura dos resumos e exclusão dos temas que não pareceram pertinentes para o momento — redobrando a atenção para os 9 trabalhos que discutiam os Ols a partir do financiamento, da gestão, da promoção de políticas públicas, da relação educação-trabalho, mesmo que a partir da lente de algum recorte mais específico (educação superior, formação de professores, etc). Para a elaboração da bibliografia categorizada, foi feita a leitura dos trabalhos na íntegra, na busca de compreender de fato a contribuição destes autores para a temática pesquisada. Apesar das diferentes abordagens, foi possível perceber algumas relações, que Kohls-Santos e Morosini (2021) apontam como unidades de sentido, que serviram para agrupar essas discussões a partir de eixos e unidades lógicas que, ao final, possuem potencial de auxiliar na elaboração de conhecimento sistematizado e aprofundado em suas respectivas abordagens. Dessa forma, foi possível criar o que as autoras chamam de categorias ou agrupamentos, ou seja, temas “maiores”, que aglutinaram diferentes perspectivas e unidades de sentido em torno de si de maneira coerente. São elas: neoliberalismo, internacionalização e capital humano.



Ao analisar o conteúdo dos 9 artigos selecionados, é possível perceber que as palavras-chave utilizadas para a pesquisa demarcaram o objeto, mas não as categorias de análise. Apesar dos diferentes enfoques, há um consenso da relação entre a educação e a formação dos trabalhadores para o mercado, no processo de manutenção das desigualdades sociais. Esse processo, que pode ser observado no interior dos países, também demonstra a política global que esses Organismos articulam para que o neoliberalismo, enquanto sistema econômico e social, se perpetue, solidificando as desigualdades sociais em escala também global: se há uma educação para a classe trabalhadora e para as elites, também há uma educação para os países tidos como subdesenvolvidos e os do norte global dentro da produção flexível. Os 9 artigos utilizados para realizar esse estudo foram:

Quadro 1 – Síntese dos artigos analisados para a elaboração do Estado do Conhecimento

Nº	ANO	AUTORIA(A)	TÍTULO	CATEGORIA	FONTE
1	2023	BORTOT; SCAFF; SOUZA.	Atuação dos organismos multilaterais para a governança global: difusão e transferência de políticas educacionais	Internacionalização; Teoria do capital humano	Revista <i>on-line</i> de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. 00, e023026, 2023.
2	2020	FREITAS; ALMEIDA; RODRIGUES.	Internacionalização da educação superior: o discurso dos organismos multilaterais	Internacionalização	Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas, v. 25, n. 1, p. 267-284, mar. 2020.
3	2020	TITTON; D'AGOSTINI.	Juventude e pobreza: a educação e as políticas públicas sob o ideário do Banco Mundial no contexto do aumento das desigualdades sociais	Internacionalização; Teoria do Capital Humano	Perspectiva [on-line], Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 1-23, jul.-set. 2020.



4	2018	SHIROMA.	Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais	Internacionalização	Momento - Diálogos em Educação [on-line], Santa Catarina, v. 27, n. 2, p. 88-106, 17 ago. 2018.
5	2017	SALOMÉ; CARVALHO; SOARES.	Banco Mundial e Educação: a Interferência dos Organismos Internacionais nas Políticas Educacionais Brasileiras	Neoliberalismo; Teoria do capital humano	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional [on-line], [S.L.], v. 12, n. 32, p. 81-100, 15 dez. 2017.
6	2023	ZANOTTO; HIPPLER.	Banco Mundial e a educação pública brasileira: desdobramentos na política para a educação básica - ensino fundamental	Neoliberalismo	Revista HISTEDBR [on-line], Campinas, v. 23, p. 1-23, 2023.
7	2020	FERNANDES; SHIROMA.	Trabalho e Educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira	Teoria do capital humano	Revista Labor [on-line], [S.L.], n. 1, v. 24, p. 511-37, 2020.
8	2021	MELO.	Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE	Teoria do capital humano	Revista Lusófona de Educação [on-line], [S.L.], n. 51. p. 13-27, 2021.
9	2017	PEREIRA.	Avaliação de sistemas e política de competências e habilidades da OCDE	Internacionalização; Neoliberalismo; Teoria do capital humano	Práxis Educativa, [on-line], [S. L.], v. 13, n. 1, p. 107–127, 2017.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A fim de facilitar a fluidez da escrita e da leitura, em alguns momentos os textos serão apresentados de acordo com a numeração da tabela 1, acima.

Dito isso, os textos 5, 6 e 9 passam a organizar análises de eventos pontuais, etapas ou públicos específicos, sempre utilizando o neoliberalismo como elemento



estruturante das discussões realizadas, e que aqui é elencado como categoria de análise. Essa categoria ajuda a materializar a conjuntura local que permeia a interferência dos OIs. Dado que essa interferência se mostra, em sua maioria, privatizante ou precarizadora do ensino público, têm-se então a perda da noção da educação pública, gratuita e de qualidade enquanto direito. O neoliberalismo enquanto categoria também contribui para a compreensão do quebra-cabeças no qual as reformas ou políticas educacionais estão inseridas, já que essas movimentações nunca acontecem isoladas.

Dos artigos que estão inclusos nessa categoria, os textos 5 e 6, de autoria de Josélia Salomé, Marcio Carvalho e Neuzita Soares (2017) e de Marijane Zanotto e Kethlyn Hipler (2023), analisam a interferência das organizações internacionais a partir de recortes da realidade brasileira: o primeiro trata do Novo Ensino Médio, política pública que fez parte de um pacote de outras políticas públicas do governo de Michel Temer (2016-2018), e o segundo organiza uma análise histórica para desenhar como as políticas educacionais do ensino fundamental e seus principais objetivos coadunam com as orientações dos OMs. Essas análises dependem de uma contextualização do cenário da época, que explicita não apenas a materialização qualitativa da retirada de direitos básicos, mas a dimensão subjetiva que torna possíveis as retiradas de direitos e precarização da educação, tornando “cada vez mais frequentes os discursos que defendem o estreitamento de relações entre sistema produtivo e educativo. Assim, a educação passa a ser cada vez mais definida conforme os horizontes do sistema produtivo” (Canan, p. 83, 2016).

Outro agrupamento aqui elencado gira em torno da internacionalização da educação, que surge nos textos 1, 2, 3, 4 e 9, contribuindo para a leitura desses processos como parte de um todo que é global. Os elementos que dão sentido à ideia de internacionalização tentam explicar o movimento de fazer das políticas educacionais cada vez mais globalizantes, a partir da relação dos OIs com o Estado. O fenômeno da globalização aparece com frequência para dar sentido à categoria



criada a partir da metodologia de análise adotada, mas outras unidades de sentido também se fazem presentes.

A internacionalização aparece a partir de alguns enfoques e unidades de sentido distintas, ajudando a costurar a teia que explica a transição de Estado-Nação para Estado Regulador (Afonso, 2001; Barroso, 2005). Camila Bortot, Elisangela Scaff e Kellcia Souza (2023) abordam a transferência das políticas educacionais para redes híbridas de governança, que englobam as assessorias regionais de OIs e o setor privado no conceito contemporâneo de Governança Global, que tem por objetivo dividir a responsabilidade do Estado com o terceiro setor e organizações da sociedade civil — diminuindo, assim, a autonomia e a capacidade de intervenção de maneira independente do setor privado.

Silmara Freitas, Maria de Lourdes Almeida e Diego Rodrigues (2020) analisam três documentos da UNESCO e do Banco Mundial com orientações para o ensino superior, que atestam não apenas a preferência à privatização dessa etapa de ensino, mas a construção de uma lógica que equipara a instituição escolar a uma empresa, a partir de processos massivos de avaliação, standardização e criação de *rankings* que ajudam a sustentar, “em última instância, que os resultados dos testes standardizados constituem o único factor para a tomada de decisões cruciais sobre as escolas, os professores e estudantes” (Afonso, 2009, p. 19). Dessa forma, a dimensão subjetiva e social da educação dá espaço a uma concepção de boa escola como aquela que tem médias maiores em determinados índices internacionais. O tema também é debatido por Rodrigo Pereira (2017), que trata especificamente sobre a OCDE e o PISA, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, realizado com estudantes de 15 anos e que mede a capacidade de leitura, escrita e utilização de operações matemáticas.

Uma outra unidade de sentido gira em torno do gerencialismo do Estado, ou seja, o processo em que o Estado deixa de ocupar o papel de provedor de políticas públicas para se tornar o gerenciador (ou avaliador) dessas. Isso explica a postura standardizada do Estado em relação à educação (Souza; Oliveira, 2003), em dois



movimentos: um, em microescala, em que se percebe desde a escola a supervalorização de métricas, médias, índices e outros aspectos qualitativos que passam a tratar os resultados educacionais como números de empresas, obrigando os gestores educacionais a pensarem como gestores empresariais; o outro, percebido em macroescala, na implementação de algumas políticas educacionais, que chegam como contrapartida a políticas de financiamento das OIs. Os textos de Mauro Tilton e Adriana D'Agostini (2020) e de Eneida Shiroma (2018) apresentam as consequências dessa dinâmica na formação de professores e da juventude enquanto classe trabalhadora em treinamento, e não como segmento que necessita de políticas públicas específicas para seu pleno desenvolvimento como cidadãos.

Esses trabalhos trazem importantes elementos da disputa em torno da relação entre trabalho e educação, que reflete a luta de classes e o acesso à educação como direito. Desde antes de se tornar um processo sistematizado no Brasil, a educação para as massas esteve inegavelmente atrelada ao que se espera da classe trabalhadora, enquanto a formação para as elites andava no sentido diametralmente oposto. Ainda hoje, é possível perceber esse movimento, a exemplo do documento do Banco Mundial Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (2017), que defende que o Estado se responsabilize pelos custos da educação básica e que a de nível superior seja totalmente privatizada, com a oferta de bolsas para estudantes que não possam pagar pelo ensino, via Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), por exemplo. O desafio é como utilizar o trabalho e a educação como instrumentos de emancipação — e fundamentar a crítica diante da realidade posta concretamente a partir da relação dos OMs com o Brasil.

Os textos que desenvolvem essas questões passaram também pela noção de capital humano — aqui destacada como terceira categoria de análise. O Capital Humano, na perspectiva do capital, pode ser compreendido como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos faz na expectativa de retornos futuros (Schultz, 1973) defende a educação como mecanismo de aprimoramento das



habilidades dos trabalhadores, tornando-os mais valiosos ao capital, por serem mais lucrativos, e resumindo o trabalho ao produto dos meios de produção. Os textos não se preocupam em explicar a Teoria do Capital Humano ou citar Theodore Schultz, economista estadunidense e principal responsável por sua formulação, à exceção de Luiz Henrique Fernandes e Eneida Shiroma (2020), que assinalam que:

A linha de argumentação do documento do BM está em grande medida orientada pela teoria do capital humano, a qual vê a educação como um investimento que deve gerar como retorno aumentos nos níveis de produtividade do trabalho e desenvolvimento econômico. Para Schultz (1973), a educação é um componente do fator humano capaz de qualificar a mão de obra e equalizando diferenças entre países e regiões, assim como as diferenças de renda no interior da sociedade (p. 519).

O termo “capital humano” aparece constantemente nos textos 1, 3, 5, 7, 8 e 9 para tratar dos conhecimentos mínimos que a classe trabalhadora precisa organizar para poder gerar lucro – e que organiza também a agenda das OMs – e Fernandes e Shiroma (2020) sintetizam bem o sentido do conceito: o objetivo prático da educação formal hoje, muito acompanhado da noção de “trabalhador flexível”, que se adapta rapidamente e que consegue circular em vários setores do mercado lucrativamente. Essa ideia individualizante do trabalhador flexível também procura justificar quando o trabalhador não se adequa a essa dinâmica, na qual a culpa cai sobre o indivíduo, não sobre o processo sistêmico de exclusão das pessoas no mercado de trabalho por marcadores que envolvem classe, raça, gênero, idade, entre outros aspectos.

Nesse debate, três trabalhos são bem interessantes para discutir as características do trabalho flexível, ao qual o capital humano deve servir. Adriana Melo (2021), Fernandes e Shiroma (2020) e Pereira (2018), em seus textos, se propõem a discutir criticamente as habilidades e competências, que hoje aparecem de maneira transversal em muitos programas educacionais, como as características solicitadas aos futuros trabalhadores.

Essa abordagem é interessante por dois motivos: o primeiro, porque hoje as noções de habilidades e competências estão muito difusas, seja nos planos de aula,



nos Projetos Políticos-Pedagógicos, nos programas de disciplinas e até na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sempre abordadas como elementos muito importantes no processo de aprendizagem por serem transversais ao processo de desenvolvimento do estudante. Este é o discurso inevitável e infalível discutido anteriormente neste texto: os Organismos Internacionais utilizam termos e criam ideias generalistas e irrefutáveis e, antes que percebam, milhares de educadores, dos mais apáticos aos mais críticos, estão reproduzindo esses discursos que, de tão capilarizados, se tornam automáticos e socialmente aceitos – afinal, quem será contra a plena alfabetização ou a educação socioemocional como elementos transversais? Ninguém. Mas há uma diferença significativa entre esses elementos fazerem parte de uma formação integral para pessoas instruídas e emocionalmente estáveis ou para formar trabalhadores cada vez mais dispostos a chegarem no limite dos seus corpos e mentes em nome do lucro do mercado - e da própria sobrevivência.

O segundo aspecto é como a noção de habilidades e competências, enraizada e capilarizada como está, contribui para a legitimação de um sistema de valores que tem por objetivo a consolidação de trabalhadores tão flexíveis quanto a produção do capital, pelo qual os estudantes precisam apenas das noções mais básicas de conhecimento para aprimorar no mercado, de forma que:

A depender das demandas do mercado de trabalho, o leque de saberes disponibilizados aos estudantes se restringiria ao mero domínio da língua portuguesa, do raciocínio matemático e um uso instrumental da língua inglesa, além de uma forte ênfase em aspectos comportamentais, atitudes e valores consonantes com a subordinação ao regime de trabalho assalariado e/ou empreendedorismo (Fernandes; Shiroma, 2020, p. 520).

Esse raciocínio faz parte de uma cadeia que (1) diminui a responsabilidade do Estado pela garantia de pleno emprego e direitos sociais, colocando (2) os indivíduos como responsáveis pelo seu próprio sucesso – e pelo seu próprio fracasso. Aqui, tanto faz se uma pessoa não teve acesso à educação formal de qualidade para desenvolver suas habilidades; se o tempo escolar foi afetado pela falta de transporte coletivo para



chegar à escola; se a falta de saneamento básico ou de um sistema de saúde de qualidade afetou a frequência escolar, quantitativa ou qualitativamente; se a fome fez com que o objetivo principal da ir à escola fosse a merenda escolar; e logo após a aula o estudante precisou trabalhar e não pôde se dedicar integralmente aos estudos. Se o sucesso (financeiro) não foi logrado, é por falta de criatividade, de dedicação, de compromisso consigo; jamais por falta de oportunidades e de direitos, e de um acesso que deveria ser público, gratuito e de qualidade.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta desse texto foi sistematizar algumas discussões sobre a interferência dos Organismos Internacionais na educação brasileira, perceber os ângulos e nuances desse debate, a partir de categorias que aglutinam, em uma expressão abrangente, o foco de cada texto, além de identificar possíveis contribuições futuras de pesquisa dentro do escopo dessas reflexões. É perceptível que as pesquisas mostram não apenas como essa associação é possível e real, mas também como se constitui em um vasto campo de investigação que mobiliza diversas áreas do conhecimento e que pode ser amplamente explorada em várias direções.

As discussões aqui encetadas se desenvolveram a partir da observação das categorias neoliberalismo, internacionalização e capital humano, que foram tidas como aspectos relevantes na abordagem desenvolvida pelos artigos analisados. A partir dos textos, foi possível observar que elas se entrelaçam e que estabelecem diretrizes e fatores que determinam as políticas educacionais dos países do sul global a partir de uma agenda determinada pelo capital econômico concentrado nos OIs.

Os trabalhos, apesar dos diversos autores e enfoques específicos, se encontram na leitura concreta das relações sociais nas últimas décadas, observando o mundo sob o prisma do mundo real - não por acaso é possível aglutinar os diversos trabalhos, inicialmente relacionados pelos marcadores do objeto, em agrupamentos de criação de sentido. Os Organismos Internacionais, por meio de financiamento,



assessoria e definição de agendas, consolidam um modelo educacional alinhado às demandas do mercado no momento presente: se o neoliberalismo se apresenta como sistema econômico, a acumulação flexível - que possui características correlatas de exploração da classe trabalhadora através da precarização da vida e do trabalho - é, expressamente, o modelo de produção que precisa, como o nome já diz, de trabalhadores igualmente flexíveis e dinâmicos.

Esta dinâmica alimenta e é alimentada pelos Organismos a partir da reconfiguração da soberania dos Estados Nacionais, através da globalização, da fragilização do papel do Estado provedor de direitos (ou fortalecimento do Estado regulador) e da manutenção da divisão internacional do trabalho, na qual cabe aos países ditos em desenvolvimento a base da economia e a ocupação dos piores postos de trabalho. Eis a importância de pensar a internacionalização da educação como intervenção política nos países do mundo inteiro. Neste processo, a educação é vista como sinônimo de acumulação de capital humano e de empregabilidade. Ao reduzir a educação a investimento individual que deve gerar retorno econômico, desloca-se a função social da escola para atender aos imperativos do mercado, tornando-a um dos principais instrumentos de reprodução das desigualdades.

Além disso, também é perceptível a atualidade do debate: por mais que haja literatura que explore elementos dos processos constitutivos dessa relação (o gerencialismo do Estado, a avaliação massiva, a agenda internacional para a educação), desde o início dos anos 2000, a produção acadêmica nos últimos anos tem sido significativa sobre esses elementos isolados, como na evidência de que eles fazem parte de uma agenda global com agentes e alvos bem definidos.

A quantidade de artigos encontrados no recorte temporal dos últimos seis anos nos dá a entender que estes trabalhos podem ser, na verdade, processos de síntese de pesquisas que estão sendo produzidas neste momento e que possui espaço para contribuições futuras.



REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes standardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, [S. l.], v. 13, n. 13, 2009, p. 13-29. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>. Acesso em: 28 jun. 2024.

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 75, ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil: volume I (síntese). Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwYChwwYkxtGX7YD/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BORTOT, C. M; SCAFF, E; SOUZA, K R. Atuação dos organismos multilaterais para a governança global: difusão e transferência de políticas educacionais. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e023026, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.18072>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CANAN, S. R. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais**: só há intervenção quando há consentimento? Campinas: Mercado de Letras, 2016.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERNANDES, L. H. D. R; SHIROMA, E. O. Trabalho e educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira. **Revista Labor [on-line]**, [S. l.], v. 1, n. 24,



2020. p. 511-37. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i24.60185>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FREITAS, S. T; ALMEIDA, M. L. P.; RODRIGUES, D. P. Internacionalização da educação superior: o discurso dos Organismos Multilaterais. **Revista de Educação, Ciência e Cultura** [on-line], Canoas, v. 25, n. 1, p. 267-284, mar. 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/issue/view/286>. Acesso em: 28 jun. 2024.

KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica** [on-line], [S. l.], v. 33, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/download/1318/19192476/0>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MELO, A. A. S. Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE. **Revista Lusófona de Educação** [on-line], [S. l.], n. 51, p. 13-27, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/12193>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MENDES SEGUNDO, M. D. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In: **Trabalho, educação e a crítica marxista**. LIMA et.al. (Orgs.). Fortaleza: Editora UFC, 2006 [Série Núcleo Trabalho e Educação, n. 1].

MOROSINI, M. C; FERNANDES, C.M. B. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PEREIRA, R. S. Avaliação de sistemas e política de competências e habilidades da OCDE. **Práxis Educativa** [on-line], [S. l.], v. 13, n. 1, p. 107–127, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i1.0006>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SALOMÉ, J. S; CARVALHO, M. B; SOARES, N. P. Banco Mundial e Educação: a interferência dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional** [On-line], [S. l.], v. 12, n. 32, p. 81-100, 15 dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2017.Vol12.N32.pp81-100. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANTOS, T. R. F. S. **Análise da atuação do grupo banco mundial na educação superior do brasil**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27927>. Acesso em: 28 jun. 2024.



SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento – Diálogos em Educação** [on-line], Santa Catarina, v. 27, n. 2, p. 88-106, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8093>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

SOUZA, S. Z. L; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qz7TkWG9XWK4kKSHZqzvZBc/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TITTON, M.; D'AGOSTINI, A. Juventude e pobreza: a educação e as políticas públicas sob o ideário do Banco Mundial no contexto do aumento das desigualdades sociais. **Perspectiva** [on-line], Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/61865/pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ZANOTTO, M.; HIPPLER, K. E. Banco Mundial e a educação pública brasileira. **Revista HISTEDBR** [on-line], Campinas, v. 23, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8669017>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Recebido em: 25-08-2024

Aceito em: 29-05-2025

